



São Paulo deixa de aderir ao PNLD mas vai manter livros físicos

Moraes apontou “condutas gravíssimas” ao determinar prisão de Silvinei

Página 6

Dividendos pagos pela Petrobras no 1º semestre superam concorrentes

Página 3

GSI estuda reestruturar Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasil

Uma resolução do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República cria um grupo de trabalho (GT) para estudar a reestruturação de colegiados do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron). A medida foi publicada na quarta-feira (9), no Diário Oficial da União.

A legislação brasileira prevê a existência de cinco colegiados de apoio ao GSI na proteção e segurança do Programa Nuclear Brasileiro, alguns de abrangência nacional, como a Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Copron) e o Comitê de Articulação nas Áreas de Segurança e Logística do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Caslon) e outros de atuação mais local, nas proximidades das duas usinas nucleares em operação no país, Angra 1 e Angra 2. O GSI deverá apresentar uma proposta de reestruturação desses colegiados, em até 180 dias.

De acordo com a resolução, o grupo será coordenado pelo GSI e terá a participação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; da empresa pública Eletronuclear; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Os cinco titulares terão direito a dois suplentes, cada um.

Os integrantes serão indicados pelos titulares dos órgãos e designados pelo ministro do GSI, general Amaro. Durante as reuniões do GT, poderão ser convidados representantes de outros órgãos entidades que tenham relevância para os temas em debate.

No Brasil, é monopólio da União a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o processamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção das permissões para utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais. O sistema de proteção relativo a Programa Nuclear Brasileiro é coordenado pelo GSI, conforme determina a medida provisória 1.154, de 1º de janeiro de 2023. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	4,90
Venda:	4,90
Turismo	
Compra:	5,00
Venda:	5,09
EURO	
Compra:	5,38
Venda:	5,38

Cúpula da Amazônica divulga comunicado conjunto



Foto/Ricardo Stuckert/PR

Página 6

Esporte

Nic Giaffone corre em Road America com chances de ser campeão

Em seu primeiro ano atuando no automobilismo dos Estados Unidos, Nic Giaffone tem neste final de semana a oportunidade de conquistar seu primeiro título. O piloto da equipe DEForce Racing vai até o circuito de Road America para a disputa da penúltima etapa da temporada 2023 da USF Juniors, categoria de entrada do programa Road to Indy, e pode definir o campeonato nesta rodada tripla com uma etapa de antecedência.

Depois de quatro etapas, Nic soma 270 pontos, e leva uma vantagem de 66 pontos em

relação ao segundo colocado. Para sair do circuito em Wisconsin campeão da USF Juniors, o brasileiro precisa aumentar esta diferença para 99 pontos. Caso contrário, a definição do título ocorrerá no final do mês de agosto, no Circuito das Américas, em Austin.

“Até agora o trabalho com a DEForce é o melhor possível. Tenho uma boa vantagem, mas vou encarar este final de semana como se fosse qualquer outra etapa, buscando uma boa posição de largada e o máximo de pontos possíveis. Se conseguir isso, o título será possível e uma consequência de tudo o que fizemos durante a tem-



Foto/Cavin Baker

Nic Giaffone

porada”, diz Nic Giaffone.

O desempenho do piloto bra-

sileiro na USF Juniors é dos mais fortes: em dez corridas,

Giaffone venceu em seis oportunidades, além de subir ao pódio oito vezes. Nic também é o único competidor que venceu pelo menos uma corrida nas quatro etapas disputadas na atual temporada: Sebring, Alabama, Virginia e Mid-Ohio.

A programação da USF Juniors terá início na sexta-feira (11) com três baterias de testes. O sábado contará com um treino livre, a única classificação do final de semana e a primeira corrida, enquanto o domingo é reservado para as outras duas provas. O canal do Road to Indy mostra a rodada tripla ao vivo.

Lucas Moraes foca no primeiro grande objetivo como piloto oficial Toyota

O sucesso em provas internacionais e o incrível pódio no Rally Dakar logo na estreia colocaram de vez o brasileiro Lucas Moraes no radar da Toyota Gazoo Racing, um dos mais celebrados braços esportivos da indústria automobilística. Confirmado como piloto oficial pela fábrica japonesa há um mês, Moraes nesta semana inicia a campanha pelo primeiro grande objetivo da parceria: lutar pela vitória na 31ª edição do Rally dos Sertões BRB, ao lado do navegador Kaique

Bentivoglio. A dupla é a atual bicampeã da prova.

O Sertões será disputado entre 11 e 19 de agosto, com um total de 3.793km, sendo 2.027km cronometrados e válidos pela disputa da vitória. A corrida passará por três estados do Nordeste: Pernambuco, Bahia e Ceará, indo de Petrolina (PE), no Semiárido Nordeste, à Praia do Preá, na cidade de Cruz, litoral do Ceará.

Inserido também no programa da Red Bull, outra coibida plataforma internacional de apoio a pilotos de ponta do esporte mundial, Moraes é

o único brasileiro que usa as cores de dois programas de grande prestígio no automobilismo. Ele e Bentivoglio também contam com apoio das empresas SpeedMax (PneuStore), Zapalla, Strava e Sparco que, ao lado da Red Bull e Toyota, têm suas cores e logos na carenagem do Toyota GR DKR Hilux T1+ operado no Brasil pela equipe MEM Motorsports.

Shakedown – “Chegou a hora. O Sertões é nosso grande desafio aqui no Brasil. O carro chegou ao país na semana passada. Imediatamente fi-

zemos o shakedown (treino de verificação de sistemas) em uma fazenda do interior de São Paulo e ele seguiu com a equipe para Petrolina, onde será a largada do Sertões na próxima sexta-feira. Agora, é pra valer. Estamos prontos para o desafio”, comentou Lucas Moraes.

“Temos vários competidores de altíssimo nível na edição deste ano, alguns com carros do Dakar. Na competição como um todo, temos vários conjuntos piloto-navegador-carro com potencial de vitória em uma prova que vai ter quase quatro mil quilômetros de

percurso. Esperamos estar entre eles, lutando por bons resultados todos os dias do Sertões. Não canso de repetir para todos na equipe: será um desafio gigante para todos nós. Mas estamos preparados”, finalizou Moraes.

A 31ª edição do Rally dos Sertões BRB começa com o prólogo de 13km em Petrolina, que definirá a ordem de largada no sábado, o segundo dos nove dias de competição. O primeiro é a sexta-feira, com os tempos do próprio prólogo valendo para a disputa.

Para Lula, US\$ 100 bi em financiamento climático são insuficientes

Página 6

Vendas do varejo ficam estáveis em junho, diz IBGE

Página 3

Dividendos pagos pela Petrobras no 1º semestre superaram concorrentes

Mesmo com a menor receita entre seis das maiores petrolíferas do mundo com ações negociadas em bolsas de valores, a Petrobras foi a que mais pagou dividendos aos acionistas no primeiro semestre de 2023. Com receita de US\$ 52,48 bilhões, a Petrobras pagou US\$ 10,92 bilhões em dividendos referentes aos meses de janeiro a junho deste ano.

A segunda petroleira que mais pagou dividendos nesse período foi a Exxon Mobil que distribuiu US\$ 7,44 bilhões aos acionistas, tendo registrado uma receita no período mais de três vezes superior à da Petrobras (US\$ 169,48 bilhões). Os dividendos são a parte do lucro distribuída aos acionistas.

Tal levantamento foi realizado pelo vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Felipe Coutinho. O engenheiro químico diz que a manutenção desse nível de distribuição de dividendos é insustentável e coloca em risco o futuro da companhia.

A distribuição de dividendos da Petrobras no primeiro semestre de 2023 foi feita com base na política anterior da companhia. No dia 28 de julho, a Petrobras anunciou novas regras, que reduziram de 60% para 45% o percentual do fluxo de caixa livre (dinheiro à disposição no caixa) que deve ser repassado aos acionistas.

A pesquisa do vice-presidente da Aepet mostrou ainda que a relação entre investimentos líquidos e dividendos pagos pela Petrobras no segundo trimestre de 2023 foi 10 vezes superior à média das cinco grandes petrolíferas analisadas.

Enquanto a estatal brasileira pagou de dividendos um montante mais de cinco vezes superior ao que realizou em investimentos líquidos, a estadunidense Exxon Mobil pagou de dividendos 80% do total dos investimentos realizados. A petroleira inglesa BP foi a que menos pagou dividendos em relação aos investimentos líquidos realizados, conforme detalhado na ta-

bela a seguir:

Coutinho concluiu que “a relação entre os dividendos pagos e os investimentos líquidos demonstram, de forma cabal, como as políticas da alta direção da Petrobras são discrepantes em relação à gestão das grandes petrolíferas mundiais”.

A pesquisa ainda comparou o nível de investimento do segundo trimestre com os últimos 17 anos da Petrobras, concluindo que “os números evidenciam que a distribuição de dividendos tem sido desproporcional aos investimentos. Os resultados históricos demonstram que não é possível sustentar tais políticas”.

Apesar de ter diminuído o volume de dividendos pagos aos acionistas, quando comparado a 2021 e 2022, a proporção de dividendos pagos em comparação aos investimentos líquidos é bem superior à média do período analisado. “Ou seja, a relação entre o pagamento de dividendos e o investimento líquido do último trimestre foi 44

vezes mais alta, se comparada com a média de 2005 a 2020”, afirmou Coutinho.

Felipe Coutinho diz acreditar que o novo plano estratégico (2023-2027), apresentado pelo presidente da empresa, Jean Paul Prates está com um investimento projetado relativamente baixo, em torno de US\$ 78 bilhões (R\$ 400 bilhões) em cinco anos.

“É 30% menor, se comparado à média histórica dos investimentos da Petrobras, desde 1965, de cerca de US\$ 22 bilhões por ano, e 71% menor, se comparado com o investimento médio anual, entre 2009 e 2014, de US\$ 53 bilhões em valores atualizados”, destacou o engenheiro químico.

“Melhorou, mas pouco”
Em entrevista à **Agência Brasil**, o economista Eric Gil Dantas, do Observatório Social da Petrobras, opinou que a mudança na política de distribuição de dividendos da petroleira brasileira vai possibilitar ampliar

os investimentos da empresa, mas que a porcentagem de 45% ainda é conservadora.

“É um ganho, com certeza, porque o que a Petrobras estava pagando de dividendos era algo totalmente surreal. A Petrobras estava pagando mais dividendos do que tinha de lucro. Nenhuma empresa faz isso, acho que só empresa familiar”, destacou.

Porém, como a mudança ainda é pequena, Dantas entende que a empresa vai precisar alterar a nova política para cumprir planos já anunciados, como a retomada das obras da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, a reabertura da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), além do possível investimento para exploração na margem equatorial brasileira ou para novos gasodutos e refinarias.

“Se for levar a cabo de fato as necessidades e o que está prometido de investimento para Petrobras, vai precisar ter uma nova mudança, sim. 45% de dividendos é conservador, é mui-

to pró-mercado”, concluiu Eric, mas que também é do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps).

Já Felipe Coutinho diz que a mudança será pequena em relação à política de distribuição de dividendos da gestão anterior. “Não à toa, a política de remuneração dos acionistas foi bem recebida por agentes do sistema financeiro”, argumentou.

Petrobras
Questionada sobre o levantamento da Aepet, a assessoria de imprensa da Petrobras disse que a nova política de distribuição de dividendos permitirá manter o objetivo da empresa “de promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas, ao mesmo tempo em que garante a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da Petrobras, sem comprometer a capacidade de crescimento da companhia”. (Agência Brasil)

Com queda de 1% em julho, Estado do PR consolida deflação no índice de preço de alimentos

Com queda de 1% em julho, que se segue à redução de 1,45% em junho, o Índice de Preços Regional do Paraná - Alimentos e Bebidas, calculado mensalmente pelo Iparides (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), consolida um quadro de deflação no Estado.

Essa variação negativa, verificada em todos os seis municípios em que a pesquisa é realizada, foi mais acentuada em Londrina (-1,29%), seguida por Maringá (-1,08%), Curitiba (-0,99%), Cascavel (-0,97%), Foz do Iguaçu (-0,91%) e Ponta Grossa (-0,73%).

Os destaques das quedas de preços no mês passado, entre os 35 produtos que integram o índice, são a batata-inglesa (-10,21%) – com queda maior verificada em Cascavel (-16,37%) e Londrina (-13,78%) –, contrafilé (-6,78%) e coxa e sobrecoxa (-4,38%).

Segundo o diretor de Estatística do Iparides, Daniel Nojima, esta queda do índice, a quarta

no ano, se deu pela redução de preços verificada em 70% dos itens pesquisados. “A queda de 1% neste mês resulta da generalização da redução de preços observada em 25 dos 35 produtos pesquisados. Além disso, a força de influência desses produtos em queda foi significativamente superior a dos produtos em alta”, explica.

Entre os produtos com maiores acréscimos, em julho, estão a banana-caturra, alho e cebola, com aumentos respectivos de 5,31%, 2,46% e 2,37%. Os maiores aumentos nos preços da banana-caturra foram vistos em Londrina (16,48%), Maringá (6,96%) e Curitiba (3,78%).

As variações de preço que mais contribuíram em pontos percentuais na queda de preços do IPR, em julho, foram leite integral, batata-inglesa, contrafilé, coxa e sobrecoxa e queijo muçarela. Por outro lado, ocorreram contribuições com altas em cerveja, biscoito, banana-caturra, pão francês e linguiça.

Em nível municipal, o leite integral e o contrafilé foram preponderantes entre as principais contribuições percentuais com queda nas seis localidades; a batata-inglesa influenciou o índice em quatro municípios, à exceção de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

Os decréscimos observados ao longo do ano e, principalmente, nos últimos dois meses, influenciaram o índice acumulado em 12 meses em todas as localidades, explica Nojima, consolidando, em julho, o primeiro fechamento negativo no critério 12 meses.

O Paraná, entre agosto de 2022 e julho de 2023, registrou nessa métrica variação de -0,98%. Regionalmente, a variação acumulada para esse período foi de -1,80% em Ponta Grossa, -1,69% em Foz do Iguaçu, -1,26% em Cascavel, -0,48% em Curitiba, -0,46% em Londrina e -0,21% em Maringá.

“Parte relevante desse declínio ocorre justamente durante este ano de 2023, já que o IPR fechou, no acumulado dos primei-

ros sete meses do ano, com uma queda de -0,97%”, explica o diretor de Estatística do Iparides.

Nos últimos 12 meses, os itens com maiores quedas no Estado foram óleo de soja (-39,79%), peito de frango (-25,28%) e leite integral (-24,39%). Em sentido oposto, apuraram-se preços maiores em tomate (54,31%), biscoito (25,53%) e molho e extrato de tomate (23,76%).

Nesse período, o óleo de soja teve variações de -41,63% em Londrina, -40,50% em Maringá, -39,71% em Cascavel, -39,35% em Foz do Iguaçu, -39,24% em Ponta Grossa e -38,28% em Curitiba. Já o reajuste no preço do tomate foi de 60,31% em Londrina; 58,40% em Maringá; 57,80% em Curitiba; 53,16% em Foz do Iguaçu; 50,78% em Cascavel; e 45,90% em Ponta Grossa.

Segundo Nojima, os principais componentes desse comportamento geral de preços permanecem os mesmos desde o

princípio do ano.

“A normalização do clima, favorecendo os hortifrutí de maneira geral; o alcance das supersafras no Brasil e no Paraná e a subsequente redução de custos – enquanto insumos, especialmente aqueles usados em ração, como milho e soja –, com efetivos impactos sobre o preço das carnes; e uma aparente substituição de carnes pelo consumidor, com busca maior pela suína, o que auxiliou nas quedas ou estabilidade dos preços da carne bovina”, diz.

Além disso, houve a estabilização de outros custos de produção, como em defensivos e fertilizantes, e uma taxa de câmbio mais favorável, o que auxiliou na retenção de custos da importação destes insumos.

Lançado em 15 de dezembro de 2022, o IPR utiliza os registros fiscais da Receita Estadual do Paraná. O Iparides faz uma média de 382 mil registros de notas fiscais eletrônicas ao mês emitidas em 366 estabelecimentos comerciais de diferentes

portos localizados em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.

Os 35 produtos avaliados foram definidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Paraná e representam cerca de 65% das compras de alimentos e bebidas dos paranaenses. O instituto também trabalhou a série histórica de preços desde 2020, que permite analisar a flutuação no preço de alimentos e bebidas nos últimos dois anos no Estado.

Com a análise detalhada dos índices pelo Iparides, as maiores cidades do Paraná têm condições de saber exatamente o comportamento dos preços dos alimentos, que possui um reflexo relevante na vida dos cidadãos. Os dados são importantes, por exemplo, para a elaboração de políticas públicas regionais e estaduais mais direcionadas em função da situação inflacionária de cada cidade. (AENPR)

Novo PAC deve triplicar investimentos em infraestrutura

O governo federal vai lançar na próxima sexta-feira (11) a terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o desafio de focar em obras de infraestrutura que promovam a sustentabilidade, o Novo PAC deve prever investimentos públicos federais de R\$ 240 bilhões para os próximos quatro anos em áreas como transportes, energia, infraestrutura urbana, inclusão digital, infraestrutura social inclusiva e água para todos. Outras áreas como defesa, educação, ciência e tecnologia também devem estar incluídas no novo programa.

A implementação do PAC deverá triplicar os investimentos públicos federais em infraestrutura nos próximos anos. Segundo a Câmara Brasileira

da Indústria da Construção (CBIC), o valor investido por ano no setor pelo governo federal deverá saltar dos atuais R\$ 20 bilhões para R\$ 60 bilhões.

“É claro que a gente torce para que isso aconteça. Mas triplicar o valor que a gente dispõe atualmente não será tão fácil assim”, avalia Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC.

Segundo ele, a retomada dos investimentos públicos e a previsão da inclusão de empreendimentos de menor porte no PAC estão animando o setor de infraestrutura do Brasil.

Além dos recursos do orçamento da União, o novo PAC contará com recursos das estatais, financiamento dos bancos públicos e do setor priva-

do, por meio de concessões e parcerias público-privadas. A previsão é que o total investido chegue a R\$ 1 trilhão em quatro anos, incluindo os investimentos da Petrobras.

A primeira etapa do PAC será composta por empreendimentos propostos pelos ministérios e pelos governadores. Uma segunda etapa iniciará em setembro, com uma seleção pública para estados e municípios.

Os principais objetivos do novo PAC são incrementar os investimentos, garantir a infraestrutura econômica, social e urbana, melhorar a competitividade e gerar emprego de qualidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz que o PAC será uma nova política de desenvolvimento de investimen-

to em obras de infraestrutura e desenvolvimento industrial.

“Vai ser um grande programa de investimento e, combinado com a política de inclusão que já colocamos em prática, acho que vamos voltar a surpreender os analistas econômicos do FMI [Fundo Monetário Internacional], que vão se enganar todas as vezes que nivelaram por baixo as perspectivas de crescimento econômico do Brasil”, disse o presidente Lula, em conversa com correspondentes estrangeiros na última semana.

A cerimônia de lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está marcada para a próxima sexta-feira (11), às 10h, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. (Agência Brasil)

sa criar um novo patamar de civilidade”, argumentou.

A deputada Zambelli agradeceu a mudança de voto do relator. “Esse ano todos começaram com ânimos exaltados. Eu comecei com ânimo exaltado e hoje vejo de outra maneira, que a gente pode fazer o debate de ideias sem atacar as pessoas”, afirmou. Zambelli sustentou na sessão anterior do Conselho que falou o palavrão, mas não direcionado ao colega. (Agência Brasil)

Relator muda voto e Conselho de Ética arquiva processo contra Zambelli

O relator do processo contra a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados resolveu mudar o próprio voto. O deputado federal João Leão (PP-BR), na semana passada, votou pela continuidade do processo contra Zambelli. Na quarta-feira (9), Leão voltou atrás e votou a favor do arquivamento do caso.

Em seguida, o Conselho de Ética aprovou o parecer de Leão e arquivou o processo por 15 votos a 4. Zambelli havia sido

acusada de proferir xingamentos contra o deputado Duarte Junior (PSB-MA) durante audiência pública com a presença do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, em abril.

O relator justificou a mudança no voto dizendo que ficou com dúvidas se a deputada xingou ou não o colega. “Se eu ouvisse bem no vídeo o que dizem que senhora disse, eu não estaria com esse parecer aqui”, explicou. O deputado acrescentou que os ânimos da casa estão mais

calmos e, por isso, é possível dar uma nova chance a Zambelli. “Vamos dar uma oportunidade à Casa, à deputada Carla Zambelli, e a todos aqueles que estão com problema. Vamos resolver isso republicamente”, concluiu.

O único parlamentar que se manifestou após a mudança de voto foi o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ). “Não creio que simplesmente a gente, enquanto Conselho de Ética e Decoro, resolva mandar tudo para o arquivo e, com isso, pos-



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária
INSTITUTO SOCIAL DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM INFORMÁTICA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.828.077/0001-77, na Rua Latif Fakhouri, nº 646, 2º andar, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.367-010; através de sua presidente no exercício, Neusa Maria Correa Rocha, pelo presente EDITAL e na forma de seu Estatuto Social, CONVOCA a todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 18º e seguintes, do Estatuto Social, que se realizará na Rua Latif Fakhouri, nº 646, 2º andar, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.367-010; na cidade de São Paulo/SP, em 23 de agosto de 2023 em 1ª convocação às 18h00, em 2ª convocação às 19h00, e em 3ª e última convocação às 20h00, para deliberar a seguinte ordem do dia: I – Ratificação dos atos praticados pelos Conselhos Administrativos e Fiscal desde a sua fundação e ratificação da vigência dos mandatos dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, vencidos em 28/11/2019 II – Dissolução Voluntária III - Nomeação do Guarda Livros - São Paulo, 09 de agosto de 2023. Neusa Maria Correa Rocha – Presidente.

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.
CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301
Edital de Convocação
Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 17 de agosto de 2023, às 09:00 horas, horário de Brasília, de **forma semipresencial**, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia em atenção às deliberações previstas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/06/2023, tendo em vista o decurso do prazo para exercício do direito de preferência pelos acionistas, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Partindo, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia de forma presencial ou digital, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 12:00 horas, horário de Brasília, do dia 16 de agosto de 2023, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento habilitante de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples do original do contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: eros.canedo@juntosomsmois.com.br. São Paulo, 8 de agosto de 2023. Conselho de Administração - Osvaldo Ayres Filho.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Cristiano Parreira, foi lhe apresentado pela plataforma ONR, para registro, a escritura de 18 de julho de 2023 do 11º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 6.038/f. 021), pela qual FERNANDO FERRAZ DA SILVA, empresário, RG nº 13.531.085-4-SSP/SP, CPF nº 037.581.458-21, e ROSANA BORSARI, funcionária pública aposentada, RG nº 13.580.065-SSP/SP, CPF nº 060.380.848-43, brasileiros, divorciados, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Nova Pátria nº 184, Bosque da Saúde, INSTITUIRAM EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e 1.712 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM PREDIO COM A ÁREA CONSTRUÍDA DE 365,68m² E SEU RESPECTIVO TERRENO na Rua Nova Pátria nº 184, lote 21 da quadra 77, Jardim da Saúde, no 21º Subdistrito – Saúde, 14ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, registrado sob o nº 07 na matrícula nº 5.315, em data de 22 de janeiro de 1.977, neste Registro. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiá nº 50, 7º andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 09 de agosto de 2023.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7
CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.606.658
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Abril de 2023
Data, Hora e Local: Realizada em 31 de abril de 2023, às 10:30 horas, na sede localizada na Rua Coronel Luis Tonello de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo ("Companhia").
Convocação: O Edital de Convocação da presente assembleia foi publicado no jornal "O Dia", nos dias 11, 12, 13 e 14 de março de 2023, nas páginas 6, 7 e 9, respectivamente, bem como no sítio eletrônico do referido jornal, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").
Presença: Presentes acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social total votante da Companhia. Presentes, ainda, Evelyn Ferrari, representante da Apis Consultoria e Avaliações Ltda., Itacir Alves Nascimento, diretor da Companhia e Rui Wilk, representante do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos da Lei das S.A. **Mesa:** Presidente: Sra. Juliana Olívia Ferreira Loureiro dos Santos Martins; Secretário: Sr. Anderson Jardim D'Ávila. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a proposta da administração referente à distribuição proporcional de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$ 225.791.797,77 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), sendo o montante líquido equivalente a R\$ 18.914.028,10 (dezoito milhões, novecentos e oitocenta e oito reais e oito centavos), referentes ao exercício social de 2023, a ser pago aos acionistas até 28 de abril de 2023; (ii) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) (i) o exame, discussão e votação do *Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da União Química Farmacêutica Nacional S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sociedade a Ser Constituída*, celebrado na presente data pela Companhia, com a intervenção e anuência das acionistas Robmora Administração e Participações Ltda. e MJP - Administração e Participações Ltda. ("Protocolo"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vendida para a nova sociedade ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil de R\$ 198.030.552,21 (cento e noventa e oito milhões, trinta e quatro mil e quatrocentos e vinte e dois reais e dois centavos), referente ao exercício social de 2022, a ser pago aos acionistas até 28 de abril de 2023; (iii) o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"), cuja denominação será Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Monte Parnon"); (v) a alteração do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial; (vi) a consequente alteração do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; (vii) a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; e (viii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial e a alteração do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Eclarecimentos:** Fica consignado que, nos termos do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, foram aprovados os seguintes aumentos de capital dentro do limite autorizado em sede de Reuniões do Conselho de Administração, realizadas, respectivamente, (a) em 18 de outubro de 2022, no valor de R\$ 154.657.329,03 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e três centavos) mediante emissão de 133.253.283 (cento e trinta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e três) ações; e (b) em 29 de novembro de 2022, no valor de R\$ 43.373.223,18 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e três reais e dezcentos e cinquenta e sete centavos) mediante emissão de 37.390.710 (trinta e sete milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e dez) ações, representando, em conjunto, um aumento total de R\$ 198.030.552,21 (cento e noventa e oito milhões, trinta e quatro mil e quatrocentos e vinte e dois reais e dois centavos), correspondente a 170.715.993 (cento e setenta milhões, setecentos e quinze mil, novecentos e trinta e três) ações. **Deliberações:** Após exame e discussão acerca dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: (i) sobre o primeiro item da ordem do dia, aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta da administração referente à distribuição proporcional de juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$ 225.791.797,77 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), sendo o montante líquido equivalente a R\$ 18.914.028,10 (dezoito milhões, novecentos e oitocenta e oito reais e oito centavos), referentes ao exercício social de 2023, a ser pago aos acionistas até 28 de abril de 2023; (ii) sobre o segundo item da ordem do dia, aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma do **ANEXO I** apresentado e para prever (a) a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia e a alteração do número do CEP e do endereço da Companhia, de "CEP 06900-000" para "CEP 06900-095", e (b) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para referir o atual capital social e a quantidade de ações de emissão da Companhia decorrentes dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de outubro de 2022 e 29 de novembro de 2022, que passa de R\$ 738.498.754,92 (setecentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e novecentos e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 636.636.857 (seiscentos e trinta e seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil e oitocentos e cinquenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal para R\$ 536.529.307,13 (novecentos e trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 807.352.850 (oitocentos e sete milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal; (iii) sobre o terceiro item da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos proferidos, decidiram retirar o item de pauta para posterior convocação e deliberação em nova assembleia geral extraordinária da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a sua realização, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Mesa: Juliana Olívia F.L.S. Martins, Presidente, e Anderson Jardim D'Ávila, Secretário. Acionistas Presentes: Robmora Administração e Participações Ltda. (p.p. Juliana Olívia F.L.S. Martins), MJP - Administração e Participações Ltda. (p.p. Juliana Olívia F.L.S. Martins), Cleitza de Castro Marques (p.p. Juliana Olívia F.L.S. Martins) e Cleide Marques Pinto (p.p. Marcos Monteiro Schroeder). **Quartas Presenças:** Evelyn Ferrari, representante da Apis Consultoria e Avaliações Ltda., Itacir Alves Nascimento, diretor da Companhia e Rui Wilk, representante do Conselho Fiscal da Companhia. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Embu-Guaçu, 04 de abril de 2023. Mesa: Juliana Olívia F. L. S. Martins - Presidente; Anderson Jardim D'Ávila - Secretário. JUCESP nº 157.086/23-9 em 20/04/2023. Gisela Simelma Ceschin - Secretária Geral.

USUCAPÍÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73)
JERSE RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 503.973, em 11/07/2022, o instrumento público de ata notarial de usucapião extrajudicial de 14 de junho de 2022 (Lv. 4868, página 061), reproduzida por certidão de 24 de junho de 2022, e ata retificativa de 22 de junho de 2022, reproduzida por certidão da mesma data, ambas do 1º Tabelião de Notas desta Capital, acompanhada do respectivo requerimento de 11 de julho de 2022, na qual VMR HOLDING LTDA., inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 29.168.210/0001-75, com sede nesta Capital na Alameda Nothmann nº 1213, Campos Elíseos, objetivando a **USUCAPÍÃO EXTRAJUDICIAL do APARTAMENTO Nº 11 no 1º andar do EDIFÍCIO OROPA, situado na Alameda Nothmann nº 1207, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, objeto da transcrição nº 33.823, desta Serventia.** Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425-1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz: "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião", e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPÍÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo, São Paulo, 26 de julho de 2023. O Oficial (Jerse Rodrigues da Silva). 26/07 e 10/08/23

Portalegre Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
CNPJ 19.573.083/0001-36 - NIRE 35.228.147.513
Extrato da Ata da Reunião de Quotistas Realizada em 26.07.2023
Data, hora, local: 26.07.2023, 10hs, sede social, Avenida Brasil, nº 78, sala 79, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital, Mesa: Presidente, Sr. Carlos Eduardo Araújo Tiberio; Secretário, Sr. Nissim Asslan Kalili. **Deliberações aprovadas:** (i) redução do capital social, de R\$ 8.553.000,00 para R\$ 1.000,00, nos termos do artigo 1.082 inciso II, do Código Civil, e excessivo em relação ao seu objeto, procedendo-se à restituição aos quotistas do valor, proporcionalmente à participação de cada um detém no capital em cumprimento ao disposto no artigo 1.084, do mesmo diploma legal; e (ii) em virtude da aprovação da redução do capital constante do item (i) alteração do *caput* da Cláusula 5ª: "Cláusula 5ª: O capital da sociedade totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional de R\$ 1.000,00, divididos em 1.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada, assim distribuídos entre os sócios: a) Tiberio Const (ções e Incorporações S.A., possui 500 quotas no valor de R\$ 1,00 cada, totalizando a participação de R\$ 500,00; e b) Niss Incorporações e Participações Ltda., possui 500 quotas no valor de R\$ 1,00 cada, totalizando a participação de R\$ 500,00. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 26.07.2023. **Quotistas:** Tiberio Construções e Incorporações S.A. por Mário Tiberio Tiberio (Diretor Presidente) e NISS Incorporações e Participações Ltda. por Nissim Asslan Kalili.

PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA. - CNPJ: 20.589.286/0001-08 - NIRE: 35.228.541.670					
Relatório da Administração					
Senhores Quotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas, para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.					
A Administração					
Demonstração do Resultado em 31 de dezembro 2022 (Em R\$)					
	2022	2021		2022	2021
Receita líquida de serviços prestados	292.358.594,56	256.601.319,55			
(+) Custos operacionais	(260.993.560,01)	(221.830.813,82)			
Lucro operacional bruto	31.365.034,55	34.770.505,73			
Despesas administrativas	46.048.270,40	35.090.272,66			
Despesas operacionais	-	636.775,17			
Despesas administrativas	45.528.902,17	34.153.240,00			
Despesas tributárias	519.368,23	300.257,49			
Lucro antes do resultado financeiro	(14.683.235,85)	(319.766,93)			
Despesas financeiras	-	936,00			
Despesas financeiras	(561.083,55)	(2.615.126,78)			
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(15.244.319,40)	(2.933.957,71)			
IRPJ/CSLL	-	-			
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(15.244.319,40)	(2.933.957,71)			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 (Em R\$)					
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.800.000	40.000.000	-	22.242.905	49.042.905
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(2.933.958)	(2.933.958)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	1.450.484	-	1.450.484
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.800.000	40.000.000	1.450.484	19.308.947	47.559.432
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.800.000	40.000.000	1.450.484	19.308.947	47.559.432
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(15.482.821)	(15.482.821)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-
Ajustes do Exercícios Anteriores	-	-	238.502	238.502	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.800.000	40.000.000	1.211.982	4.064.628	32.076.610

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 - Em reais

1. Contexto operacional: A Pessgo Transportes Ltda, Companhia devidamente localizada e Avenida Jaca-Pêssgo, em São Paulo, SP, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.286/0001-08, é uma Sociedade Empresarial Limitada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrada o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D5 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.219/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2021 e alterações; Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2021 e alterações; Lei Federal nº 13.278, de 07/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 12.587 de 03/01/2012, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Assim, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 472/019 SMT-GAB Interoperacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota de data de início da operação, e o último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,95% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delegação, por concessão da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.200, de 05/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541 de 31/01/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) operação de tecnologia da informação aplicadas ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilização de dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atendimento, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015.

2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão orientadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são expressos em reais, moeda funcional da Companhia, e as demonstrações contábeis da Companhia atual (a "moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. (b) **Caixa e Bancos:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. (c) **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método das taxas anuais, (d) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pela custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (e) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (f) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (g) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (h) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (i) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (j) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (k) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (l) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (m) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (n) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (o) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (p) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (q) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (r) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (s) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (t) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (u) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (v) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (w) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (x) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (y) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (z) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (aa) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (ab) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (ac) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (ad) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (ae) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (af) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (ag) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (ah) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (ai) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (aj) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (ak) **Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros são tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. (al) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores

Cúpula da Amazônica divulga comunicado conjunto

Lira derruba convocação de Rui Costa na CPI do MST

O presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) anulou na quarta-feira (9) a convocação do ministro da Casa Civil Rui Costa para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na decisão, Lira argumentou que a convocação de ministro de Estado só pode ocorrer se houver relação da pauta da CPI com as atribuições do ministério.

“Somente podem ser convocados Ministros de Estados para prestarem informações perante Comissões - art. 50 da CF - quando há correlação entre o campo temático do Ministério e o conteúdo substancial das atribuições do órgão convocador” defendeu Lira. O presidente da Câmara respondeu a um recurso do deputado federal Nilton Tatto (PT-SP) que defendeu que não havia “fato determinado” para a convocação.

A oitiva do ministro Rui

Costa estava marcada para as 14h da quarta-feira (9). A convocação foi aprovada no dia 1º de agosto a partir de um requerimento do relator da CPI, o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP).

Ao pedir a convocação do ministro da Casa Civil, Salles argumentou que o governo “parece ser conivente” com as ações do MST e justificou que o tema da reforma agrária envolve vários ministérios, cabendo à Casa Civil articular o trabalho das diferentes pastas.

O argumentou não convenceu Lira, que afirmou que “não se demonstrou no requerimento a conexão entre as atribuições do Ministro da Casa Civil da Presidência da República e os fatos investigados pela CPI sobre o MST”.

Nas redes sociais, o deputado Salles lamentou o cancelamento da oitiva. “O medo dos questionamentos fez com que o governo se mobilizasse para impedir sua vinda. Consequiram”, afirmou. (Agencia Brasil)

Moraes apontou “condutas gravíssimas” ao determinar prisão de Silvinei

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou o sigilo da decisão que determinou a prisão do ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, que comandou a corporação durante as eleições 2022.

Silvinei foi preso na manhã da quarta-feira em Santa Catarina e deve ser transferido para Brasília. A investigação sobre o caso foi aberta em fevereiro deste ano.

O ex-diretor é acusado dos crimes de prevaricação, abuso de autoridade e de impedir o exercício do voto ao prejudicar o transporte de eleitores.

Moraes atendeu a pedido de prisão feito pela Polícia Federal. Para os investigadores, Silvinei teria dado ordens ilegais aos policiais da PRF para realização de operações visando dificultar o trânsito eleitores do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante o segundo turno das eleições do ano passado.

“As condutas imputadas a Silvinei Vasques são gravíssimas e as provas apresentadas, bem como as novas diligências indicadas pela Polícia Federal como imprescindíveis para a completa apuração das condutas ilícitas investigadas, comprovam a necessidade da custódia preventiva para a conveniência da instrução criminal”, escreveu Moraes.

A PF ainda indicou a possibilidade de Silvinei interferir nas investigações. Segundo os investigadores, dois servidores da

PRF mentiram ou omitiram nos depoimentos prestados à investigação o conhecimento sobras as determinações ilegais de Vasques.

“A efetividade das inúmeras e necessárias oitivas de agentes da Polícia Rodoviária Federal sobre eventual determinação de Silvinei Vasques, então diretor geral da PRF, para realização de policiamento direcionado, pode ser prejudicada pela manutenção de liberdade do investigado”, concluiu Moraes.

De acordo com dados da investigação, o efetivo da PRF no segundo turno das eleições foi maior na Região Nordeste do que nas demais regiões do país. No dia 30 de outubro, o efetivo utilizado foi de 795 policiais, enquanto foram empregados 230 na Região Norte; 381 na Centro-Oeste, 418 no Sul e 528 na Região Sudeste.

O número de ônibus parados pela fiscalização também foi acima da média em comparação com as demais regiões do país. No Nordeste, o total chegou a 2.185 veículos. Nos demais estados foram 310 (Norte); 571 (Sudeste), 632 (Sul) e 893 (Centro-Oeste).

A PF também encontrou no celular de uma ex-assessora do ex-ministro da Justiça Anderson Torres fotos com o mapeamento de municípios em que o presidente Lula foi bem votado. São fotos de um painel com o título “Concentração Maior ou igual a 75% - Lula”. (Agencia Brasil)

Conanda propõe Programa Nacional para o Combate à Letalidade Policial

A pedido do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) se reuniu e, por decisão unânime dos 17 integrantes, lançou uma nota de repúdio em resposta à ação da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) que matou o adolescente negro de 13 anos Thiago Flausino, na Cidade de Deus, comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro.

O conselho também aprovou uma série de recomendações, ao governo federal, para reduzir a letalidade policial no país. Além do caso do Rio de Janeiro, o Conanda cita episódios de violência policial ocorridos na Bahia e em São Paulo nas últimas semanas, que resultaram em pelo menos 45 mortes.

O colegiado sugere a criação de um Programa Nacional para o Combate à Letalidade Policial. “É preciso reunir os diversos setores do governo federal, os

governadores e membros de outros poderes para um grande pacto nacional pela vida, sobretudo de jovens pobres e negros, maiores vítimas da violência policial e da violência de maneira geral”, diz o conselho em nota. O comunicado destaca que as recomendações do colegiado tratam do combate da letalidade policial e dos homicídios de jovens negros e pobres no país.

O Conanda também propõe o fomento à implementação de câmeras corporais nas polícias, a elaboração de uma ampla proposta para a reforma do ensino policial no Brasil.

No caso da morte do jovem no Rio, o conselho quer um julgamento célere dos responsáveis. O adolescente foi baleado, no início da madrugada da segunda-feira (7), em uma das principais vias de acesso à Cidade de Deus. A família afirma que o caso foi uma execução e que a cena do crime teria sido forjada. (Agencia Brasil)

Os países participantes da Cúpula da Amazônia divulgaram na quarta-feira (9) comunicado conjunto com as considerações finais do encontro. Intitulado Unidos por nossas Florestas: Comunicado Conjunto dos Países Florestais em Desenvolvimento em Belém, o documento reitera diversos compromissos voltados à pauta ambiental e pede vantagens a produtos florestais sustentáveis nos mercados dos países desenvolvidos.

“Reforçamos nosso entendimento de que o acesso preferencial para produtos florestais nos mercados dos países desenvol-

vidos será importante alavanca para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento”, diz o comunicado.

O documento reitera compromissos voltados à preservação das florestas, à redução das causas do desmatamento e da degradação florestal, bem como à conservação e valoração da biodiversidade.

Reforça também compromissos em favor de uma transição ecológica justa, partindo da premissa de que as florestas têm papel relevante para o desenvolvimento sustentável e para os desafios contemporâneos glo-

bais – o que inclui comunidades locais como povos indígenas.

“Manifestamos também nossa preocupação com o não-cumprimento, por parte de alguns países desenvolvidos, de suas metas de mitigação e relembramos a necessidade dos países desenvolvidos de liderar e acelerar a descarbonização de suas economias”, acrescenta o comunicado, ao propor, como meta, atingir neutralidade de emissões antes de 2050.

Os países signatários manifestaram também preocupação com o não-cumprimento de compromissos, por parte dos

países desenvolvidos, com relação aos US\$ 100 bilhões anuais prometidos para financiamentos climáticos nos países em desenvolvimento.

“Conclamamos os países desenvolvidos a contribuir para a mobilização de US\$ 200 bilhões por ano, até 2030, previstos pelo Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal para a implementação dos planos de ação e estratégias nacionais de biodiversidade”, diz o documento.

A íntegra do comunicado foi disponibilizada no site do Ministério das Relações Exteriores. (Agencia Brasil)

Para Lula, US\$ 100 bi em financiamento climático são insuficientes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os US\$ 100 bilhões anuais prometidos, desde 2009, pelos países ricos para o financiamento climático de países em desenvolvimento já não são suficientes. A declaração foi feita na quarta-feira (9) durante discurso na Cúpula da Amazônia.

“Desde a COP 15, o compromisso dos países desenvolvidos de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático novo e adicional nunca foi implementado. Esse montante já não corresponde às necessidades atuais. A demanda por mitigação, adaptação e perdas e danos só cresce”, discursou o presidente.

Lula destacou que quem tem as maiores reservas florestais e a maior biodiversidade merece maior representatividade no Fundo Global, e que é “inexplicável que mecanismos de financiamento, como o Fundo Glo-

bal para o Meio Ambiente, que nasceu no Banco Mundial, reproduzam a lógica excludente das instituições de Bretton Woods”. O presidente se referiu às instituições financeiras internacionais criadas na Conferência de Bretton Woods, que em 1944 estabeleceu o dólar como moeda para comércio internacional.

Lula criticou a falta de representatividade de países como Brasil, Colômbia, Equador, Congo e Indonésia no fundo, e que, a estrutura atual acaba por favorecer países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Itália e Suécia, que ocupam cada um seu próprio assento.

“Os serviços ambientais e ecossistêmicos que as florestas tropicais fornecem para o mundo devem ser remunerados, de forma justa e equitativa”, acrescentou ao defender uma espécie de certificação de produtos pro-

duzidos de forma sustentável nas grandes florestas tropicais.

O presidente classificou como “neocolonialismo verde” a adoção de medidas discriminatórias e barreiras comerciais que, “sob o pretexto de proteger o meio ambiente”, desconsideram marcos normativos e políticas domésticas dos países que ainda detêm florestas em seus territórios.

“Quero convidar especialmente outros países com florestas tropicais para que se somem a esse esforço. A Declaração Conjunta que adotaremos hoje será o primeiro passo para uma posição comum já na COP28, este ano, com vistas à COP30. Junto com nossos companheiros da África e da Ásia, podemos aprofundar as trocas de experiências sobre a proteção das florestas e seu manejo sustentável”, acrescentou.

Lula e os demais chefes de Estado divulgaram na terça-fei-

ra (8), durante o primeiro dia da Cúpula da Amazônia, um outro documento, a Declaração de Belém, na qual apresenta uma agenda comum, com 113 pontos consensuais envolvendo os países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).O documento tem por base “aportes da sociedade civil” destacados durante o Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que ocorreu no mês de maio em Brasília, e de órgãos do governo federal.

Também na terça-feira, os representantes dos países amazônicos receberam as propostas de políticas públicas elaboradas por representantes de entidades, movimentos sociais, da academia, de centros de pesquisa e agências governamentais do Brasil e demais países amazônicos durante o Diálogos Amazônicos, evento prévio à Cúpula da Amazônia. (Agencia Brasil)

Projetos liderado por mulheres indígenas são prioridade no Fundo Casa

mar do Ministério Público, na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), nos ministérios dos Povos Indígenas e da Justiça.

“Esse trabalho, que a gente chama de incidência, é muito importante para ter um olhar para a demanda das mulheres e dos povos que elas representam, com relação à garantia de direitos. Em geral, direitos que estão garantidos na nossa Constituição, mas que não têm sido cumpridos pelo Estado.”

Em muitas das associações apoiadas pelo Fundo Casa, as mulheres já vêm efetuando trabalho de agroecologia na produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, que são vendidos, muitas vezes, para a merenda escolar, para programas do governo que absorvem essa produção; e também na confecção de artesanato para venda fora das comunidades indígenas.

Para que ocorra a inserção no mercado, é dado apoio à capacitação de pessoas indígenas para exercer funções dentro de projetos da organização, bem como em outros projetos que ocorrem em seus territórios, e sempre promovendo o protagonismo das mulheres à frente das atividades.

Entre 2018 e 2022, o Fundo Casa apoiou 508 projetos de 316 organizações indígenas, representando 177 diferentes etnias entre as 305 reconhecidas no Brasil. Foram 13 temáticas diferentes e mais de 60 mil pessoas beneficiadas por meio desses apoios, que somaram mais de R\$ 20 milhões, montante equivalente a 38% dos recursos doados pelo Fundo Casa. Nos últimos cinco anos, a liderança feminina passou a ser um critério do Fundo Casa na seleção de projetos a serem contemplados.

Nos últimos dois anos houve aumento de 25% no quantitativo de projetos liderados por mulheres que receberam apoio da instituição. Essa maior participação feminina fortalece os laços com os territórios, contraindo para o uso sustentável dos recursos.

Relatório da Organização

das Nações Unidas (ONU), divulgado em março de 2021, revelou forte conexão entre terras indígenas reconhecidas e a conservação florestal na América Latina e no Caribe. Desenvolvido pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo para Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Fillac), o estudo mostrou que as taxas de desmatamento são mais baixas em territórios indígenas onde há reconhecimento formal dos direitos às terras por parte do governo. Por isso, a pesquisa destaca os povos indígenas como “guardiões da floresta”.

Uma dessas guardiãs é Elizabeth Baré, líder da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amiarn), no Amazonas, fronteira com a Colômbia. Fundada em 2009, a associação abrange comunidades em duas terras indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, em Manaus, e, em contra, na mobilização feminina, uma ferramenta poderosa para a busca da autonomia e valorização do território, fortalecendo habilidades culturais e de resistência, como o artesanato e a agricultura.

Composta por artesãs e agricultoras dos povos Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Koripako, Pira-tapuiya, Tariana, Tukano e Wanano, a Amiarn criou uma loja que já se tornou ponto de referência e já foi levado a mais de 10 feiras de artesanato na região. Ao todo, cerca de 360 pessoas estão envolvidas diretamente no projeto, que conta com apoio do Fundo Casa Socioambiental.

Outra iniciativa que rompe com a tradição de prevalência de organizações lideradas por homens é a Associação das Mulheres Mundurucu Wakoborun, também apoiada pelo Fundo Casa Socioambiental, na qual as mulheres assumem a defesa do território, estimulando atividades produtivas e de geração de renda, como o artesanato, ao mesmo tempo em que valorizam os saberes e as práticas tradicionais.

O projeto impacta cerca de

mil pessoas direta e indiretamente. A Associação foi criada para fortalecer o grupo de mulheres guerreiras da etnia Mundurucu na luta contra os grandes projetos que ameaçam o território nas regiões do alto e médio Tapajós e baixo Teles Pires, no Pará e Mato Grosso, onde esses povos habitam há muitos séculos.

A luta pela proteção do território e por garantir os direitos dos indígenas impulsionou a criação da Associação das Mulheres Mundurucu Wakoborun no município de Jacareacanga, no Pará. Uma das primeiras iniciativas foi a formação de jovens e criação de um coletivo audiovisual. A partir desse momento, o grupo começou a filmar e monitorar invasões e os ataques sofridos pela comunidade.

O combate ao garimpo ilegal foi o ponto de partida para a criação da associação. Além de atuar pela defesa do território, a entidade promove oficinas de artesanato e incentiva outras mulheres a participar dos encontros e das assembleias para que conheçam seus direitos e possam gerar renda, beneficiando a comunidade.

No campo da filantropia, Inimá Krenak ressaltou que o legado a ser dado neste Dia Internacional dos Povos Indígenas é que o olhar deve estar mais atento e aberto para escutar quais são as prioridades das organizações. “Transferir esse poder de decisão dos projetos que vamos apoiar para as comunidades, e não de cima para baixo, do financiador para a organização apoiada. O que nós devemos fazer é escutar essas organizações, ser flexíveis para as demandas e, também, para o tempo e a maneira delas de fazer as coisas.”

O Fundo Casa Socioambiental é uma organização que busca promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a justiça social por meio do apoio financeiro e fortalecimento de capacidades de iniciativas da sociedade civil na América do Sul. (Agencia Brasil)